

EDP Smart SPE Ltda.

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Quotistas
EDP Smart SPE Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da EDP Smart SPE Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Empresa e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa e da Empresa e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



EDP Smart SPE Ltda.

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Empresa e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser

decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do

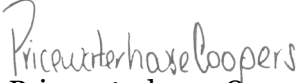


EDP Smart SPE Ltda.

trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Lia Marcela Rusinque Fonseca
Contadora CRC 1SP291166/O-4

EDP SMART SPE LTDA.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receitas	18	18.412	17.793	18.412	17.793
Custos	19				
Custo de operação e manutenção		(3.829)	(8.971)	(3.829)	(8.971)
Custo de arrendamento		(2.658)	(3.279)	(2.658)	(3.279)
		<u>(6.487)</u>	<u>(12.250)</u>	<u>(6.487)</u>	<u>(12.250)</u>
Resultado bruto		<u>11.925</u>	<u>5.543</u>	<u>11.925</u>	<u>5.543</u>
Despesas e Receitas operacionais	19				
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD		(498)		(498)	
Despesas gerais e administrativas		(861)	(225)	(862)	1.168
Outras despesas e receitas operacionais		(1.132)		(1.132)	(927)
		<u>(2.491)</u>	<u>(225)</u>	<u>(2.492)</u>	<u>241</u>
Resultado das participações societárias	11		207		
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		<u>9.434</u>	<u>5.525</u>	<u>9.433</u>	<u>5.784</u>
Resultado financeiro	20				
Receitas financeiras		2.593	881	2.594	889
Despesas financeiras		(612)	(411)	(612)	(678)
		<u>1.981</u>	<u>470</u>	<u>1.982</u>	<u>211</u>
Lucro antes dos tributos sobre o resultado		<u>11.415</u>	<u>5.995</u>	<u>11.415</u>	<u>5.995</u>
Tributos sobre o resultado	21				
Imposto de renda e contribuição social correntes		(2.569)	(1.338)	(2.569)	(1.338)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1.281)	(598)	(1.281)	(598)
		<u>(3.850)</u>	<u>(1.936)</u>	<u>(3.850)</u>	<u>(1.936)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>7.565</u>	<u>4.059</u>	<u>7.565</u>	<u>4.059</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP SMART SPE LTDA.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	7.565	4.059	7.565	4.059
Resultado abrangente do exercício	7.565	4.059	7.565	4.059

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP SMART SPE LTDA.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de reais)



	Capital social	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total Controladora e Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2023	143.091	972	17	-	144.080
Dividendos Adicionais Aprovados- AGE em 28.04.2024		(498)			(498)
Lucro líquido do exercício				4.059	4.059
Destinação do lucro					
Dividendos Obrigatórios				(1.015)	(1.015)
Dividendo adicional proposto		3.044		(3.044)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	143.091	3.518	17	-	146.626
Saldos em 31 de dezembro de 2024	143.091	3.518	17	-	146.626
Lucro líquido do exercício				7.565	7.565
Saldos em 31 de dezembro de 2025	143.091	3.518	17	7.565	154.191

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP SMART SPE LTDA.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes dos tributos sobre o resultado		11.415	5.995	11.415	5.995
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa oriundo das atividades operacionais					
PIS, COFINS e ISS diferidos		229	(66)	229	(66)
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD		498		498	
Depreciações e amortizações		4.936	8.546	4.936	8.546
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados					1.370
Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP		591	373	591	640
Resultado de participações societárias			(207)		
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(38)	(35)	(39)	(38)
		<u>17.631</u>	<u>14.606</u>	<u>17.630</u>	<u>16.447</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais					
Clientes		4.173	(3.885)	4.173	(3.885)
Imposto de renda e contribuição social a compensar		(1.472)	(46)	(1.472)	(43)
Outros tributos compensáveis		(375)	(1.026)	(375)	(1.029)
Outros ativos operacionais		(5.085)	(1.336)	(5.084)	(1.337)
		<u>(2.759)</u>	<u>(6.293)</u>	<u>(2.758)</u>	<u>(6.294)</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais					
Fornecedores		1.292	2.630	1.292	1.652
Outros tributos a recolher		1.224	2.046	1.223	2.048
Outros passivos operacionais		(74)	(677)	(74)	(1.127)
		<u>2.442</u>	<u>3.999</u>	<u>2.441</u>	<u>2.573</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais		<u>17.314</u>	<u>12.312</u>	<u>17.313</u>	<u>12.726</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(100)	(227)	(68)	(228)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>17.214</u>	<u>12.085</u>	<u>17.245</u>	<u>12.498</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Adições ao Imobilizado e Intangível		(3.085)	(238)	(3.085)	(238)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(3.085)</u>	<u>(238)</u>	<u>(3.085)</u>	<u>(238)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(1.015)	(2.054)	(1.015)	(2.054)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(750)	(400)	(750)	(815)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	23.1	<u>(1.765)</u>	<u>(2.454)</u>	<u>(1.765)</u>	<u>(2.869)</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>12.364</u>	<u>9.393</u>	<u>12.395</u>	<u>9.391</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		27.361	14.997	27.404	15.009
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		14.997	5.604	15.009	5.618
		<u>12.364</u>	<u>9.393</u>	<u>12.395</u>	<u>9.391</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP SMART SPE LTDA.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Geração do valor adicionado	23.041	20.773	23.041	20.773
Receita operacional	20.394	19.657	20.394	19.657
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	(498)		(498)	
Receita relativa à construção de ativos próprios	3.145	1.116	3.145	1.116
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(6.676)	(5.227)	(6.677)	(4.760)
Materiais	(861)	(1.150)	(861)	(1.150)
Serviços de terceiros	(5.687)	(3.960)	(5.687)	(3.960)
Outros custos operacionais	(128)	(117)	(129)	350
Valor adicionado bruto	16.365	15.546	16.364	16.013
Retenções				
Depreciações e amortizações	(17.789)	(8.546)	(17.789)	(8.546)
Valor adicionado líquido produzido	(1.424)	7.000	(1.425)	7.467
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	2.719	924	2.720	932
Resultado da equivalência patrimonial		207		
Valor adicionado total a distribuir	1.295	8.131	1.295	8.399
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta		173		173
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	1.546	3.555	1.546	3.555
Estaduais	10	59	10	60
Municipais	43	51	43	51
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	612	411	612	678
Aluguéis	1	263	1	263
Remuneração de capital próprio				
Dividendos		1.015		1.015
	2.212	5.527	2.212	5.795
Prejuízo do exercício/ Lucro retido	(917)	2.604	(917)	2.604
	1.295	8.131	1.295	8.399

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



1 Contexto operacional

A EDP Smart SPE Ltda. (Empresa, EDP Smart SPE ou Controladora), é sociedade limitada de capital fechado, controlada integral da EDP Smart Serviços (Controladora indireta ou EDP Smart Serviços) e possui sua sede no município de São José dos Campos, no estado de São Paulo.

A Empresa tem como objeto social: (i) a administração em geral de consórcios, podendo ser líder do consórcio, para geração distribuída, na modalidade de geração compartilhada de energia, conforme regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e eventuais outras normas em vigor, incluindo todos os atos inerentes a esta função, tais como agir em nome e representar os consorciados em todo e qualquer assunto interno do consórcio, incluindo, mas não se limitando, à representação das consorciadas nas deliberações do consórcio e perante terceiros, inclusive ANEEL e a distribuidora de energia na qual as consorciadas e/ou os empreendimentos serão conectados, à atividade de gestão de ativos intangíveis não financeiros, podendo celebrar contratos para permitir o aproveitamento de créditos de energia pelas consorciadas; (ii) consultoria em gestão de negócios de geração de energia elétrica; (iii) locação de geradores de energia elétrica; e (iv) gestão de bens imóveis próprios e de terceiros.

A empresa possui as seguintes participações em Controladas:

Empresas	Classificação	Consolidação	% Participação	
			31/12/2025	31/12/2024
			Direta	
Cientes				
Nova Geração Solar Ltda. (Nova Geração Solar)	Controlada	Integral	100	100
Energia Solar I SPE Ltda. (Energia Solar I)	Controlada	Integral	100	100

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB. A Administração entende que as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa e das controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Empresa e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Empresa e de suas controladas não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Empresa e de suas controladas afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Empresa e de suas controladas autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 25 de fevereiro de 2026.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Empresa e suas controladas estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 22.1.1.

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto à redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.7.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Mensuração da receita de serviços e arrendamento financeiro (Nota 5); Análise da redução ao valor recuperável (Nota 2.7); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias (Nota 7); Direitos contratuais (Nota 11.1.1); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 12 e 13); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 22.1.2.1).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Empresa e de suas controladas, que operam no Brasil, é o Real e as demonstrações individuais e consolidadas são apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, abrangendo a Empresa e suas controladas (Nota 11).

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre a Empresa e suas controladas.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento das Controladoras nas suas controladas diretas;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e a suas controladas; e
- A data da demonstração financeira das controladas utilizada para o cálculo da equivalência patrimonial e para a consolidação coincide com a da Empresa.

As controladas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Empresa obteve o controle, e continuará sendo consolidada até a data que cessará tal controle.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



2.7 Redução ao valor recuperável

A Administração da Empresa e de suas controladas revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

Os ativos não financeiros são revisados anualmente ou com maior periodicidade, se a Administração da Empresa e de suas controladas identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, após proceder com esta avaliação dos ativos financeiros e não financeiros, a Administração da Empresa concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que o valor contábil líquido registrado dos ativos não é recuperável e, portanto, houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável (Nota 3.1).

2.8 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade do IASB e, conseqüentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão por estas entidades estão demonstrados a seguir:

2.8.1 Adoção de novas normas e interpretações vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	Pronunciamento	01/01/2025
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade	O CPC incorporou ao texto de alguns de seus dispositivos o endereçamento da utilização do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em entidades controladas nas demonstrações individuais. A utilização do MEP para mensuração desses investimentos está determinada pela Lei 6.404/76, e, por ter relação com as demonstrações individuais, não encontrava correspondência nas normas emitidas pelo IASB.	IAS 28	Pronunciamento	01/01/2025
ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Torna obrigatório para as companhias abertas a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), emitida pelo CPC. O normativo entra em vigor em 01/01/2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data, e revogando a Resolução CVM 124.	Não há	Interpretação	01/01/2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarboxinação (CBIO)	A orientação visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarboxinação (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23.	Não há	Orientação	01/01/2025

A Administração da Empresa e de suas controladas avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

2.8.2 Novas normas e interpretações não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 22 - Informações por segmento	Em julho de 2024, o IASB aprovou decisão da agenda do IFRIC referente ao relatório de segmentos reportáveis. Essa decisão aborda a forma como as entidades devem aplicar os requisitos do IFRS 8 para divulgar, em cada segmento reportável, os valores específicos relacionados ao lucro ou prejuízo. A Companhia acompanha o desenvolvimento e os desdobramentos dessa decisão.	IFRS 8	Pronunciamento	Indeterminado
CPC 36 - Demonstrações consolidadas	Tem como foco a venda ou transferência de ativos entre investidores e suas coligadas ou joint ventures, visando principalmente a resolução de conflitos relacionados a lucros não realizados.	IFRS 10	Pronunciamento	Indeterminado
CPC 48 e CPC 40 - Divulgações de instrumentos financeiros	Adicionar requisitos de divulgação nas demonstrações financeiras para compreender os efeitos dos instrumentos financeiros, sobre prazo e incerteza de fluxos de caixa futuro.	IFRS 9 e IFRS 7	Divulgação	01/01/2026
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O objetivo da IFRS 18 é aprimorar a forma como as informações são apresentadas nas demonstrações financeiras das entidades, em especial na demonstração do resultado e nas respectivas notas explicativas. A principal inovação trazida pela norma consiste na reestruturação da demonstração do resultado, com o intuito de aumentar a comparabilidade entre diferentes entidades. Nesse contexto, foram estabelecidos dois novos subtópicos obrigatórios: Lucro Operacional e Lucro antes do Resultado Financeiro, do Imposto de Renda e da Contribuição Social.	IAS 1	Norma	01/01/2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações	O propósito da IFRS 19 é possibilitar que as subsidiárias elegíveis apliquem os requisitos de reconhecimento e mensuração previstos nas IFRS completas, porém com a elaboração de notas explicativas em formato simplificado.	Diversas IASs	Divulgação	01/01/2027

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Empresa e suas controladas estão acompanhando as discussões e até o momento não identificaram a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



3 Eventos significativos no exercício

3.1 Reforma Tributária sobre o Consumo

A leis complementares nºs 214/2025 e 227/2026 regulamentaram a emenda constitucional que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil.

A Reforma Tributária sobre o Consumo extinguirá, de forma gradativa, a Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN e o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI com a substituição pela Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS e do Imposto Seletivo - IS, ambos de competência da União Federal, e do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, de competência compartilhada entre Estados e Municípios.

A implementação desse novo modelo ocorrerá de forma gradual, em etapas sucessivas no período de 2026 a 2033.

O início da transição ocorrerá em 2026 (período teste), com a aplicação das alíquotas de referência de 0,1% para o IBS e 0,9% para a CBS, conforme previsto na Lei Complementar nº 214/2025 e exigência de emissão da Nota Fiscal conforme o novo padrão de XML. Nessa primeira fase, haverá a dispensa do efetivo recolhimento, condicionada ao cumprimento de obrigações acessórias ainda a serem definidas. Caso recolhidos, os valores serão compensados com PIS/COFINS devidos no período ou outros tributos federais, ou serão ressarcidos caso não possam ser utilizados para compensação.

Em 2027, ocorrerá a extinção de PIS/COFINS, com substituição pela CBS, e o IPI terá suas alíquotas reduzidas a zero, exceto nos casos de produtos com similar produzido na Zona Franca de Manaus.

Entre 2029 e 2032, será iniciada uma fase de transição mais gradual no âmbito subnacional, com a redução progressiva das alíquotas de ICMS e ISSQN e a majoração correspondente do IBS, em um sistema de convivência. A transferência será faseada, com a redução de 10%, 20%, 30% e 40% das alíquotas de ICMS e ISSQN, paralelamente a uma alíquota IBS estadual e outra municipal correspondente a essa redução (sendo certo que o IBS incidirá tanto sobre mercadorias quanto serviços, indiscriminadamente).

Por fim, em 2033, ocorrerá a consolidação definitiva do novo sistema tributário, com a extinção integral do ICMS e do ISSQN no modelo atual e a plena vigência do novo sistema de tributação do consumo.

A reforma tem como propósito simplificar o sistema tributário brasileiro, com fundamento na tributação no destino, na não cumulatividade plena, na unificação da legislação em âmbito nacional e na gestão centralizada por meio do Comitê Gestor do IBS, em substituição ao atual mosaico de regras.

Nesse contexto, com vistas a assegurar a conformidade com o novo regime tributário a partir de 01 de janeiro de 2026, a sociedade havia implementado: (i) Revisão dos cadastros de produtos e de serviços em conformidade com a Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, a Nomenclatura Brasileira de Serviços - NBS, o Código de Situação Tributária - CST e o Código de Classificação Tributária - cClassTrib, nos termos da Lei Complementar nº 214/2025, do Informe Técnico 2025.002, das tabelas vigentes de NCM e NBS; (ii) Adequação dos ERPs e softwares fiscais às especificações da Nota Técnica 2025.001, da Nota Técnica 2025.002, da Nota Técnica SE/CGNFS-e nº 004 e demais normativos aplicáveis; e (iii) Validação de XMLs com o novo leiaute padrão da Nota Fiscal Eletrônica - NF-e e Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e.

Durante 2026, o Grupo EDP concentrará esforços na identificação dos pontos focais das áreas envolvidas, implantação dos planos de ação prioritários, e na revisão de contratos e políticas fiscais, assegurando que toda a organização esteja pronta para operar com segurança e eficiência no novo ambiente tributário.

Ao longo da fase de transição, as entidades deverão avaliar os efeitos sobre a mensuração e apresentação de ativos e passivos tributários, incluindo a recuperabilidade de créditos de ICMS, PIS e COFINS à luz do novo regime.

Do ponto de vista contábil, a reforma exigirá a revisão dos critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação dos tributos sobre o consumo. As entidades precisarão analisar a recuperabilidade dos créditos acumulados sob o regime anterior, considerando a possibilidade de compensação no novo sistema ou, se for o caso, o reconhecimento de eventual perda de direito creditório.

O CFC e o CPC estão em processo de avaliação dos potenciais impactos contábeis decorrentes da reforma, sem que haja, até o momento, manifestação formal. Nesse interim, as entidades devem acompanhar os possíveis efeitos sobre suas demonstrações financeiras e divulgar, nas notas explicativas, as principais incertezas e julgamentos envolvidos.

3.2 Redução no valor recuperável (*impairment*)

A Empresa avaliou a evidência de desvalorização dos ativos não financeiros com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado da unidade geradora de caixa.

A Empresa procedeu o teste de recuperabilidade dos ativos para constatar se os mesmos seriam recuperável.

Como principais premissas para o cálculo do valor recuperável foram utilizadas;

- Determinação dos fluxos de caixa: Considerando a metodologia do fluxo de caixa descontado;
- Prazo utilizado para fluxo de caixa: vigência dos contratos atualmente existentes;
- Taxa de desconto: foi estimada levando em consideração as melhores práticas do mercado e a experiência da Administração, baseada no modelo matemático Weighted Average Capital Cost (WACC que, em português, significa Custo Médio Ponderado de Capital).

Este método reflete os retornos requeridos pelos credores financeiros (capital de terceiros) e pelos acionistas (capital próprio), ponderando-se as participações na estrutura de capitais (relação *debt-equity*)

Com base nas premissas mencionadas acima, as quais avalia-se serem as melhores estimativas disponíveis para o cálculo, a Empresa identificou perda no valor recuperável no montante de R\$1.132, registrada como uma despesa operacional na rubrica outras despesas no resultado do exercício (Nota 19).

A Empresa continuará a monitorar os resultados para os próximos exercícios afim de acompanhar a razoabilidade das premissas e projeções futuras utilizadas.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento		85	116	128
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	4.1	24.889	10.514	24.889
Operações compromissadas lastreadas em Debêntures	4.2	2.387	4.367	2.387
		<u>27.276</u>	<u>14.881</u>	<u>27.276</u>
Total		<u>27.361</u>	<u>14.997</u>	<u>15.009</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



A exposição da Empresa e de suas controladas a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 22.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de Caixa da Empresa e de suas controladas são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

4.1 Certificados de Depósitos Bancários - CDB

As aplicações financeiras em CDB estão remuneradas a taxas que variam entre 96,50% e 98,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

4.2 Operações compromissadas lastreadas em Debêntures

Operações compromissadas lastreadas em Debêntures estão remuneradas à taxa de 94,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 Clientes

		Controladora e Consolidado								
		Valores correntes								
		Circulante					Não circulante			
		A vencer			PECLD	Valor líquido em 31/12/2025	Valor líquido em 31/12/2024	A vencer		
Nota	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Mais de 360 dias	Valor líquido em 31/12/2025				Valor líquido em 31/12/2024	Até 60 dias	Valor líquido em 31/12/2025
Clientes										
Arrendamentos	5.1	2.727	49	767	(498)	3.045	6.256	35.829	35.829	36.657
Outros clientes		637	53			690	1.322			
Total		3.364	102	767	(498)	3.735	7.578	35.829	35.829	36.657

Os saldos de Clientes são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado ou a ser faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente, pela taxa de financiamento de cada projeto, e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Empresa e de suas controladas.

5.1 Arrendamentos

O reconhecimento de receita dos contratos de arrendamento é referenciado no CPC 06 (R2) Arrendamentos. Para o arrendador, são classificados os arrendamentos em financeiros ou operacionais. Para tanto, no início de um contrato deve-se determinar se este é ou contém um arrendamento. O conceito de ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato seja dependente do uso daquele ativo especificado. Ademais, o contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito ao arrendatário de controlar o uso do ativo subjacente.

Arrendamentos operacionais

Os arrendamentos nos quais os riscos e benefícios permanecem substancialmente com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Nesta classificação, as contraprestações do contrato são reconhecidas como receitas na demonstração do resultado linearmente e em consonância com a depreciação dos respectivos ativos arrendados, durante o período do arrendamento, sendo o saldo residual equivalente ao tempo de vida útil remanescente ao prazo contratual.

Na Empresa e em suas controladas, os contratos de aluguel de usinas solares fotovoltaicas (UFVs) são, em regra, classificados como arrendamentos operacionais, quando possuem prazo equivalente a até 50% da vida útil da UFV e são construídas em terrenos sob posse da Empresa.

Arrendamentos financeiros

Os contratos em que há, além da transferência do direito de uso de ativos, a alienação substancial dos riscos e benefícios ao arrendatário, são classificados como arrendamentos financeiros. Nesta modalidade, quando a Empresa e suas controladas identificam o marco temporal e contratual de transferência substancial de riscos e benefícios relativos ao bem, ocorre a data de início do arrendamento, havendo o reconhecimento inicial das contraprestações contratuais a receber pelo valor líquido de investimento, ou seja, descontado por taxa implícita, que remunera o investimento e contém o custo de formação do ativo. As receitas referentes ao componente de financiamento dos contratos são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício no decorrer do período contratual.

Na Empresa e em suas controladas, os contratos de aluguel de usinas construídas em propriedades de clientes, bem como os contratos de UFVs com prazo superior a 50% da vida útil da respectiva usina e que preveem penalidade de rescisão contratual em montante equivalente à remuneração do valor justo do ativo, são classificados nesta modalidade.

5.1.1 Movimentação dos arrendamentos a receber

O registro dos montantes a receber dos contratos de arrendamentos financeiros, de acordo com o CPC 06 (R2) na Empresa e suas controladas está demonstrado abaixo:

		Controladora e Consolidado					
		Saldo em 31/12/2024	Ingressos (Nota 5.1.1.1)	Recebimen- tos	Receita financeira - AVP	Transferên- cia	Saldo em 31/12/2025
Curto Prazo							
Operacional		4.291	12.753	(15.119)			1.925
Financeiro (i)		1.965	5.830	(10.263)	2.760	828	1.120
		6.256	18.583	(25.382)	2.760	828	3.045
Longo Prazo							
Financeiro (i)		36.657				(828)	35.829
		36.657	-	-	-	(828)	35.829
Total		42.913	18.583	(25.382)	2.760	-	38.874

(i) Os vencimentos dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o fluxo futuro de recebimentos, descontados a valor presente pela taxa de 7,70%.

5.1.1.1 Ingressos

O valor de R\$12.753 em Arrendamento operacional refere-se ao faturamento de locação e Operação e Manutenção dos arrendamentos operacionais.

5.1.2 Vencimento dos arrendamentos

		Controladora e Consolidado
		Valor
Ano		
Circulante		
2026		3.045
Total Circulante		3.045
Não circulante		
2027		891
2028		960
2029		1.034
2030		1.114
2031		1.200
2032 até 2044		30.630
Total Não circulante		35.829
Total		38.874

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



6 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Controladora e Consolidado							
	Nota	Saldo em 31/12/2024	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Saldo em 31/12/2025
Ativos compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social a compensar		454		39	1.903	(463)	(1.932)	1
Total		454	-	39	1.903	(463)	(1.932)	1
Outros tributos compensáveis								
PIS e COFINS		1.634					(1.000)	634
Outros		60	375				(174)	261
Total Circulante		1.694	375	-	-	-	(1.174)	895
Passivos a recolher								
Imposto de renda e contribuição social a recolher		100	2.569		(100)		(2.106)	463
Total Circulante		100	2.569	-	(100)		(2.106)	463
Outros tributos a recolher								
ICMS		-	2.334		(2.333)			1
PIS e COFINS	6.1	-	1.836		(190)	(463)	(1.000)	183
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		140	364		(326)			178
Encargos com pessoal		60	117	6	(151)			32
Outros		43	29					72
Total Circulante		243	4.680	6	(3.000)	(463)	(1.000)	466

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Empresa e suas controladas apresentam os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Empresa ou suas controladas liquidem ou compensem o tributo em um único pagamento ou compensação.

6.1 PIS e COFINS

O montante refere-se aos créditos de PIS/COFINS sobre a aquisição de equipamentos importados para projetos de energia solar.

7 Tributos diferidos

	Controladora e Consolidado			
	Nota	Passivo		
		Não circulante		
	31/12/2025	31/12/2024		
PIS e COFINS	7.1	3.691	3.462	
Imposto de renda e contribuição social	7.2	5.141	3.860	
Total		8.832	7.322	

7.1 PIS e COFINS

O montante refere-se, substancialmente, ao efeito de PIS/COFINS sobre receita de Arrendamento Financeiro.

7.2 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

7.2.1 Composição

	Controladora e Consolidado					
	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024
Natureza dos créditos						
Prejuízos Fiscais	86	903			(817)	(429)
Base Negativa da Contribuição Social	31	325			(294)	(154)
	117	1.228	-	-	(1.111)	(583)
Diferenças Temporárias						
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	169				169	
Mais valia - CPC 15 (R1)	524	446			78	77
Amortização / Depreciação mais valia - CPC 15 (R1)	385				385	
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	1.907	1.815	1.833	1.813	72	13
Diferimento de receitas e custos dos Projetos Solares	1.255	1.177	7.665	6.713	(874)	(105)
Total diferenças temporárias	4.240	3.438	9.498	8.526	(170)	(15)
Total bruto	4.357	4.666	9.498	8.526	(1.281)	(598)
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(4.357)	(4.666)	(4.357)	(4.666)		
Total	-	-	5.141	3.860		

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



8 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Empresa e de suas controladas e outras partes relacionadas, que influenciaram o exercício, estão apresentadas como segue:

Relacionamento	Controladora e Consolidado				
	Ativo	Passivo		Receitas (Despesas)	
	Não	Circulante		Operacional	
	Circulante	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024
Outros créditos e Outras contas a pagar					
Contrato de prestação de serviços (a)					
EDP Global Solutions	Parte Relacionada		411		(411)
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, serviços de infraestrutura e Backoffice (b), (c) e (d).					
EDP Smart Serviços	Controle Comum	1.626		1.626	
Royalties					
EDP Portugal	Controladora indireta		455	294	(326) (158)
		<u>1.626</u>	<u>866</u>	<u>294</u>	<u>889</u> <u>(158)</u>

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



As operações com partes relacionadas foram realizadas conforme os termos acordados entre as partes.

(a) Contratos de Prestação de serviços: Os montantes referem-se a contratos de prestação de serviços de consultoria e apoio à gestão celebrado mutuamente entre a Empresa e suas controladas, seu acionista controlador EDP – Energias de Portugal S.A e a parte relacionada EDP Global Solutions. Estes contratos têm como objetivo: (i) o compartilhamento de custos, estrutura, conhecimento e tecnologia, possibilitando, assim, uma maior sinergia entre as empresas do grupo; (ii) evitar eventual capacidade ociosa de pessoal; (iii) reduzir os custos de contratação de determinados serviços em relação à média do mercado; e (iv) impedir o acesso de terceiros a questões estratégicas ou informações de tecnologia própria das

(b) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a controladora EDP-Energias do Brasil e suas controladas. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2027, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 459 de 1º de março de 2023.

(c) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações.

Em 2022, foi assinado o contrato de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à nova sede da controladora indireta EDP - Energias do Brasil. O contrato celebra o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre a controladora indireta e as partes relacionadas, com vigência até 31 de dezembro de 2026.

(d) Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *BackOffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc., compartilhadas entre a EDP-Energias do Brasil e suas controladas. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2028, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 66 de 15 de janeiro de 2025.

9 Outros créditos – Ativo e Outras contas a pagar – Passivo

	Nota	Controladora		Consolidado	
		Circulante		Circulante	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Outros créditos - Ativo					
Adiantamentos		287	286	287	286
Despesas pagas antecipadamente		98			
Bens destinados à alienação/desativação	9.1	3.446	1.432	3.545	1.434
Total		3.831	1.718	3.832	1.720
Outras contas a pagar - Passivo					
Folha de pagamento		15	15	15	15
Outros		471	473	471	473
Total		486	488	486	488

9.1 Bens destinados à alienação/desativação

A variação do saldo de Bens destinados à alienação decorre, principalmente, do reconhecimento de provisão referente à performance das usinas solares, em função de aditivo contratual firmado devido a desempenho superior ao previsto.

10 Arrendamentos e aluguéis

Em conformidade com o CPC 06 (R2), desde 1º de janeiro de 2019, a Empresa e suas controladas efetuaram os registros dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme demonstrado abaixo:

	Controladora e Consolidado					Saldo em 31/12/2025
	Saldo em 31/12/2024	Adições (Nota 10.1)	Pagamentos	Transferências	AVP	
Circulante						
Terrenos	558	302	(750)	(584)	591	117
	558	302	(750)	(584)	591	117
Não circulante						
Terrenos	4.778	132	-	584	-	5.494
	4.778	132	-	584	-	5.494
Total	5.336	434	(750)	-	591	5.611

10.1 Adições

Os ingressos referem-se principalmente a contratos de terrenos para construção de usina solar.

Os montantes registrados no passivo encontram-se ajustados a valor presente pelas taxas que representam o custo de financiamento dos respectivos bens arrendados.

As taxas acima referidas, bem como o vencimento dos supracitados arrendamentos e aluguéis consideram o fluxo futuro de pagamentos, conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	Valor	Taxas (%)
Terrenos		
Circulante		
2026	117	11,00%
Total	117	
Não circulante		
2027	201	11,00%
2028	224	11,00%
2029	249	11,00%
2030	277	11,00%
2031	4.543	11,00%
Total	5.494	

11 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, os investimentos na Nova Geração Solar e Energia Solar I, nas quais a Empresa tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, acompanhada de uma participação de 100% dos direitos a voto, são avaliados por equivalência patrimonial. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Empresa controla outra entidade. A consolidação, nas demonstrações financeiras consolidadas, cessa a partir da data em que a Empresa perde o controle da investida.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



11.1 Movimentação dos investimentos no exercício

Nota	Controladora			% Participação Direta	
	Saldo em 31/12/2024	Baixas/Amortizações	Saldo em 31/12/2025	31/12/2025	31/12/2024
Investimentos					
Nova Geração Solar	14		14	100,00	100,00
Energia Solar I	4		4	100,00	100,00
	18	-	18		
Direitos Contratuais					
Nova Geração Solar	7.412	(229)	7.183	100,00	100,00
	7.412	(229)	7.183		
Total	7.430	(229)	7.201		

11.1.1 Direitos Contratuais

A Empresa adquiriu direitos vinculados a contratos de geração distribuída, amortizados até 2050 conforme o prazo remanescente de cessão dos terrenos. Os valores foram mensurados com base em modelos de avaliação de ativos, considerando as informações e condições previstas nos contratos de autorização de geração de energia.

Para fins de consolidação, o Direito de Concessão é classificado como Intangível (Nota 13).

12 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

12.1 Composição do imobilizado

	Controladora e Consolidado								
	31/12/2025				31/12/2024				
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Impairment (Nota 3.2)	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço									
Administração									
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,13	2.846		(255)	2.591		2.263	(122)	2.141
Máquinas e equipamentos	6,09	102.850	(1.132)	(20.771)	80.947	6,09	103.933	(18.180)	85.753
Total do imobilizado em serviço		105.696	(1.132)	(21.026)	83.538		106.196	(18.302)	87.894
Ativos de direito de uso (Nota 12.1.1)									
Terrenos	2,50	5.929		(539)	5.390	2,50	5.495	(164)	5.331
Total Ativos de direito de uso		5.929	-	(539)	5.390		5.495	(164)	5.331
Imobilizado em curso									
Ativos destinados a arrendamentos operacionais									
Máquinas e equipamentos		1.612			1.612		163		163
Total do imobilizado em curso		1.612	-	-	1.612		163	-	163
Total do imobilizado		113.237	(1.132)	(21.565)	90.540		111.854	(18.466)	93.388

12.1.1 Ativos de direito de uso

Referem-se aos ativos registrados no âmbito do CPC 06 (R2). A principal característica dos contratos está descrita abaixo:

- **Terrenos:** refere-se substancialmente a terrenos destinados a projetos de construção de usinas com contratos de arrendamento operacional.

12.2 Movimentação do imobilizado

Nota	Controladora e Consolidado							
	Valor líquido 31/12/2024	Ingressos	Transf. para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Reclassificação	Impairment (Nota 3.2)	Valor líquido 31/12/2025
Imobilizado em serviço								
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.141		583	(133)			(1.132)	1.459
Máquinas e equipamentos	85.753		994	(3.068)	(1.600)			82.079
Total do imobilizado em serviço	87.894	-	1.577	(3.201)	(1.600)	-	(1.132)	83.538
Ativos de direito de uso								
Terrenos	5.331	434		(375)				5.390
Total Ativos de direito de uso	5.331	434	-	(375)	-	-	-	5.390
Ativos destinados a arrendamentos operacionais								
Edificações, obras civis e benfeitorias	-		(583)			583		-
Máquinas e equipamentos	163	3.112	(994)		(86)	(583)		1.612
Total do imobilizado em curso	163	3.112	(1.577)	-	(86)	-	-	1.612
Total do imobilizado	93.388	3.546	-	(3.576)	(1.686)	-	(1.132)	90.540

12.2.1 Máquinas e equipamentos - Baixas

O montante de R\$1.600 refere-se a baixas de módulos danificados por eventos climáticos.

13 Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos, são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



13.1 Composição do intangível

	Controladora e Consolidado					
	31/12/2025			31/12/2024		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2025	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2024
Intangível em serviço						
Administração						
Software	124	(124)	-	-	-	-
	124	(124)	-	-	-	-
Intangível em curso						
Software	1.275		1.275	1.242		1.242
Total do intangível em curso	1.275	-	1.275	1.242	-	1.242
Direitos Contratuais						
Nova Geração Solar	8.098	(915)	7.183	8.098	(686)	7.412
	8.098	(915)	7.183	8.098	(686)	7.412
Total do intangível	9.497	(1.039)	8.458	9.340	(686)	8.654

13.2 Movimentação do intangível

	Nota	Controladora e Consolidado				Valor líquido em 31/12/2025
		Valor líquido 31/12/2024	Ingressos	Amortizações	Baixas	
Intangível em curso						
Software		1.242	188		(155)	1.275
Total do Intangível em curso		1.242	188	-	(155)	1.275
Direitos Contratuais	11.1.1	7.412	-	(229)	-	7.183
Total do Intangível		8.654	188	(229)	(155)	8.458

14 Fornecedores

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo em 31 de dezembro de 2025 no Consolidado de R\$629 (R\$2.309 em 31 de dezembro de 2024) refere-se, principalmente, aos gastos com manutenções nas usinas já em operação.

15 Ressarcimento

O saldo em 31 de dezembro de 2025, na Controladora e Consolidado, de R\$993 (R\$1.638 em 31 de dezembro de 2024), é decorrente de estimativa de devolução aos clientes, referente a cláusulas contratuais de performance mínima de geração de energia previstas nos contratos de Operação e Manutenção das Usinas arrendadas, tendo o fluxo financeiro realizado ao final do ciclo anual de apuração. Os contratos de arrendamento estabelecem cláusulas que indicam a produtividade anual da usina da energia contratada, prevendo penalidade de ressarcimento ao cliente em caso de insuficiência de performance de geração. Desta forma, os valores aos quais correspondem à parcela a ser ressarcida ao cliente no ciclo atual referem-se à estimativa *pro rata temporis*, calculada com base na diferença entre a geração mínima definida nos contratos e geração projetada à razão do preço por MWh estabelecido contratualmente.

16 Dividendos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pela Resolução de Quotistas; e (ii) dividendos adicionais, intermediários ou de exercícios anteriores: quando da aprovação pela Resolução de Quotistas.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Foi aprovada na Resolução de Quotista da Empresa, realizada em 30 de abril de 2025, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. O lucro líquido foi distribuído da seguinte forma: (i) R\$3.044 como Reserva de Retenção de Lucros; e (ii) R\$1.015 como Dividendos obrigatórios. Os dividendos foram pagos aos quotistas da Empresa em 29 de outubro de 2025.

Segue abaixo a movimentação no exercício:

	Controladora e Consolidado		
	Saldo em 31/12/2024	Pagamentos	Saldo em 31/12/2025
	EDP Smart Serviços	1.015	(1.015)
	1.015	(1.015)	-

17 Patrimônio líquido

17.1 Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2025 e 2024, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$143.091, composto de 143.091.252 quotas, com valor nominal de R\$1,00 e integralmente detidas pela EDP Smart Serviços.

O Capital social está dividido em quotas e a responsabilidade de cada quotista é restrita ao valor de suas quotas.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



18

Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Empresa e por suas controladas, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) seguem padrão uniforme de transferência; e (iii) são executados ao longo de um período determinado. Desta forma, quanto à satisfação das obrigações de desempenho da Empresa, estas são substancialmente atendidas ao longo do tempo.

A Empresa e suas controladas reconhecem sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Arrendamentos financeiros e operacionais

Para os arrendamentos financeiros, as receitas referentes ao componente de financiamento dos contratos são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício no decorrer do período contratual, sendo seu reconhecimento inicial a valor justo descontado pela taxa negociada em cada operação de arrendamento separada. Já para os arrendamentos operacionais, as contraprestações do contrato são reconhecidas como receitas na demonstração do resultado linearmente e em consonância com a depreciação dos respectivos ativos arrendados, durante o período do arrendamento.

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Arrendamento		
Arrendamento Financeiro	5.062	4.634
Arrendamento Operacional	12.753	13.270
	<u>17.815</u>	<u>17.904</u>
Serviços prestados a terceiros		
Receita de operação e manutenção	2.579	1.752
	<u>2.579</u>	<u>1.752</u>
Receita operacional bruta	<u>20.394</u>	<u>19.656</u>
(-) Deduções à receita operacional		
Tributos sobre a receita		
PIS/COFINS	(1.939)	(1.812)
ISS	(43)	(51)
	<u>(1.982)</u>	<u>(1.863)</u>
Receitas	<u>18.412</u>	<u>17.793</u>

19

Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Empresa e suas controladas classificam seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Empresa e nas controladas.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contempla os gastos diretamente vinculados à prestação de serviços e venda de mercadorias; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Empresa e das controladas representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, provisões judiciais e demais gastos.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Controladora					
	2025					
	Nota	Custos		Despesas Operacionais		
		De operação e manutenção	Arrendamento	Com vendas	Gerais e administrativas	Outros
Material		244		5		249
Serviços de terceiros		247	2.414		527	3.188
Depreciação e impairment - Imobilizado em serviço	3.2	3.201			1.132	4.333
Depreciação - Ativos de direito de uso		375				375
Amortização				229		229
PECLD / perdas líquidas			498			498
Outras		6		100		106
Total		<u>3.829</u>	<u>2.658</u>	<u>498</u>	<u>861</u>	<u>8.978</u>
	Controladora					
	2024					
	Nota	Custos		Despesas Operacionais		
		De operação e manutenção	Arrendamento	Com vendas	Gerais e administrativas	Outros
Material		218		11		229
Serviços de terceiros		182	3.061		50	3.293
Depreciação - Imobilizado em serviço		8.254				8.254
Depreciação - Ativos de direito de uso				63		63
Amortização		229				229
Arrendamentos e aluguéis		263				263
Outras		43		101		144
Total		<u>8.971</u>	<u>3.279</u>	<u>225</u>	<u>12.475</u>	

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Consolidado						
	2025						
	Nota	Custos		Despesas Operacionais			
		De operação e manutenção	Arrendamento	Com vendas	Gerais e administrativas	Outros	Total
Material		244		5		249	
Serviços de terceiros		247	2.414	527		3.188	
Depreciação e impairment - Imobilizado em serviço	3.2	3.201			1.132	4.333	
Depreciação - Ativos de direito de uso		375				375	
Amortização				229		229	
PECLD / perdas líquidas			498			498	
Outras		6		101		107	
Total		3.829	2.658	498	862	1.132	8.979

	2024					
	Custos		Despesas Operacionais			
	Nota	De operação e manutenção	Arrendamento	Gerais e administrativas	Outras	Total
		Material		218	11	
Serviços de terceiros		182	3.061	50		3.293
Depreciação - Imobilizado em serviço		8.254				8.254
Depreciação - Ativos de direito de uso				63		63
Amortização		229				229
Arrendamentos e aluguéis		263				263
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens				927		927
Outras		43		(1.292)		(1.249)
Total		8.971	3.279	(1.168)	927	12.009

20 Resultado financeiro

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
		Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias					
Renda de aplicações financeiras e cauções	4	2.679	889	2.679	889
Juros e multa sobre tributos	6	38	35	39	43
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(126)	(43)	(126)	(43)
Outras receitas financeiras		2		2	
		<u>2.593</u>	<u>881</u>	<u>2.594</u>	<u>889</u>
Despesas financeiras					
Juros e multa sobre tributos	6	(6)	(3)	(6)	(3)
Arrendamentos e aluguéis	10	(591)	(373)	(591)	(640)
Outros juros e variações monetárias		2	(23)	2	(23)
Outras despesas financeiras		(17)	(12)	(17)	(12)
		<u>(612)</u>	<u>(411)</u>	<u>(612)</u>	<u>(678)</u>
Total		1.981	470	1.982	211

21 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas as alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidos no resultado.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes dos tributos sobre o resultado	11.415	5.995	11.415	5.995
Alíquota	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	(3.881)	(2.038)	(3.881)	(2.038)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes				(315)
Perdas indedutíveis				
Resultados de equivalência patrimonial		70		
Outras	7	8	7	11
Outros				
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos				382
Outras	24	24	24	24
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(3.850)</u>	<u>(1.936)</u>	<u>(3.850)</u>	<u>(1.936)</u>
Alíquota efetiva	33,73%	32,29%	33,73%	32,29%

22 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos

A Empresa e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Empresa e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

22.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

22.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Empresa e suas controladas:

Nota	Níveis	Controladora e Consolidado			
		Valor justo		Valor contábil	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos Financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
No reconhecimento inicial ou subsequentemente					
Caixa e equivalentes de caixa	4				
Aplicações financeiras	Nível 2	27.276	14.881	27.276	14.881
		<u>27.276</u>	<u>14.881</u>	<u>27.276</u>	<u>14.881</u>
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	4				
Bancos conta movimento	Nível 2	128	128	128	128
Clientes	5	39.564	44.235	39.564	44.235
Partes relacionadas	8	1.626		1.626	
		<u>41.318</u>	<u>44.363</u>	<u>41.318</u>	<u>44.363</u>
		<u>68.594</u>	<u>59.244</u>	<u>68.594</u>	<u>59.244</u>
Passivos Financeiros					
Custo amortizado					
Fornecedores	14	629	2.309	629	2.309
Partes relacionadas	8	866	294	866	294
Arrendamentos e aluguéis	10	5.314	5.336	5.611	5.336
		<u>6.809</u>	<u>7.939</u>	<u>7.106</u>	<u>7.939</u>

22.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Empresa e suas controladas avaliam os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Empresa e suas controladas, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Empresa e suas controladas, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Empresa e suas controladas possuem um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Empresa e suas controladas desejarem eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

22.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Empresa e suas controladas também poderão classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) desejarem eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração.

22.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Para apuração do valor justo, a Empresa e suas controladas projetam os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Empresa, da controlada e da contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Empresa e de suas controladas que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado dos Empréstimos e financiamentos e Arrendamentos e aluguéis diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Aplicações financeiras: são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço e, conforme o caso, baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo e trazidos a valor presente pelo risco de crédito da instituição financeira correspondente; e

(ii) Clientes: são mensurados por meio do modelo de precificação aplicado pela Empresa e por suas controladas, levando em consideração os fluxos futuros de recebimentos, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio da análise de retorno de investimento WACC. Desta forma, o valor de mercado de um recebível corresponde ao seu valor de recebimento trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

(iii) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados.

22.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Empresa e controladas. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Empresa e de suas controladas, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

22.2 Gestão de riscos

A gestão de riscos do Grupo EDP - Energias do Brasil segue padrões globais e metodologias amplamente reconhecidas no mercado, como COSO ERM (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e a Norma ABNT NBR ISO 31000 (Gestão de Riscos). A governança do tema é definida na Política de Enterprise Risk Management, aprovada pelo Conselho de Administração e disponibilizada publicamente ao mercado.

A gestão do risco é responsabilidade da Risk Business Enablement Function (RISK), junto dos Centros de Excelência (CoE) e os Business Partners (BP), garantindo a articulação e a comunicação em todo o Grupo EDP - Energias do Brasil, sobre as principais fontes de exposição e medidas de mitigação dos riscos. Além disso, agentes regionais são definidos para garantir a avaliação dos riscos no contexto de cada região.

O modelo adota o conceito das três linhas de defesa, com uma possível quarta linha externa - em casos necessários, auditorias externas e supervisões regulatórias podem complementar o modelo.

(i) Colaboradores e áreas de negócio que gerenciam riscos no dia a dia. Detém a responsabilidade sobre os riscos mapeados e reporta diretamente para a alta administração.

(ii) Formada pelas áreas de Risco e Controle, fornece orientação metodológica e supervisiona a gestão dos riscos identificados.

(iii) Representada pela Auditoria Interna, oferece avaliações independentes que reforçam a solidez do sistema de gerenciamento.

Para garantir um entendimento integrado e uma linguagem comum, a Empresa e suas controladas organizam sua Taxonomia dos Riscos Corporativos em cinco categorias principais: Estratégico e ESG, Negócio de Energia, Financeiro, Contraparte e Operacional.

O processo de gestão está estruturado em cinco fases principais: Estabelecimento do contexto, Identificação, Análise, Avaliação, Tratamento, Monitorização e Comunicação.

22.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Deve-se considerar que a Empresa e suas controladas estão expostas a oscilação da CDI e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Empresa e suas controladas não possuem exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

22.2.1.1 Análise de sensibilidade

A Empresa e suas controladas efetuam a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Empresa e de suas controladas em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Empresa e suas controladas, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Empresa e suas controladas, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

		Controladora e Consolidado							
Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
			Até 1 ano	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%	
Aplicação financeira - CDB	CDI	24.889	1.904	1.904	462	918	(467)	(940)	
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	2.387	31	2.418	7	14	(7)	(15)	
Instrumentos financeiros ativos	CDI	27.276	1.935	4.322	469	932	(474)	(955)	

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e está alinhado com a expectativa da Administração da Empresa e suas controladas. O CDI apresentou intervalos entre 4,17% e 22,35% a.a.

22.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Empresa e de suas controladas em liquidarem as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira para cumprirmos adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Empresa e de suas controladas somente utilizam linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Empresa e de suas controladas são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Clientes (Nota 5). A Empresa e suas controladas apresentam em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Clientes, os saldos apresentados compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

A Empresa e suas controladas também gerenciam o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2025, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que se espera liquidar as respectivas obrigações.

	Controladora e Consolidado						31/12/2024
	31/12/2025						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	AVP	
Passivos Financeiros							
Fornecedores	629						629
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	411		455				866
Arrendamentos e aluguéis	64	64	580	3.089	7.105	(5.291)	5.611
	<u>1.104</u>	<u>64</u>	<u>1.035</u>	<u>3.089</u>	<u>7.105</u>	<u>(5.291)</u>	<u>7.106</u>
							2.309
							294
							5.336
							7.939

22.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Empresa e de suas controladas não realizarem seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Clientes

A Empresa e suas controladas possuem uma política focada na mitigação do risco de crédito que consiste na identificação de rating de crédito junto ao cliente proponente, sendo atribuída uma nota para a saúde financeira da contraparte (separadas em A, B, C, D e E) que leva em consideração, dentre outros aspectos, a análise das demonstrações financeiras da contraparte associada a uma probabilidade de default. Para cada rating de crédito são estabelecidos prazos máximos de contratos e garantias financeiras, sendo que, quanto pior o rating da contraparte, menor serão os prazos de contratos e mais líquidas serão as garantias financeiras.

Os créditos de todos os clientes e a sua exposição aos diversos setores da economia são avaliados periodicamente, de modo a manter a diversificação de sua carteira e a diminuir a exposição ao risco.

• Caixa e Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Empresa e suas controladas operam apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, todas as aplicações financeiras da Empresa e de suas controladas encontram-se em instituições financeiras com rating de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Empresa e suas controladas a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

22.2.4 Risco Operacional

O risco operacional da Empresa e de suas controladas tem relação com os eventuais danos que possam ser causados em seus bens, quando do arrendamento operacional e, no financeiro, durante o prazo do contrato. Essas possíveis avarias gerariam impactos financeiros para a Empresa e suas controladas. O risco de inadimplemento também é operacional uma vez que pode afetar o cumprimento do próprio contrato.

Para tanto, a Empresa e suas controladas, em seus contratos, apresentam cláusulas de garantias e/ou seguros cobrindo eventuais riscos operacionais, bem como multas compensatórias, além de contratação paralela de Operação e Manutenção pelo Grupo EDP – Energias do Brasil.

Adicionalmente, a Administração da Empresa possui seguros de Responsabilidade Civil Geral contratados pelo Grupo EDP – Energias do Brasil, com cobertura em caso de danos aos ativos (Nota 25).

23 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

23.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

Nota	Controladora e Consolidado				
	Efeito não caixa				
	Saldo em 31/12/2024	Efeito caixa	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2025
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
Dividendos	16	1.015	(1.015)		-
Arrendamentos e aluguéis	10	5.336	(750)	591	434
		<u>6.351</u>	<u>(1.765)</u>	<u>591</u>	<u>434</u>
					5.611

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Controladora e Consolidado				
	Saldo em 31/12/2023	Efeito caixa	Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2024
			Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
Dividendos	1.556	(2.054)		1.513	1.015
Arrendamentos e aluguéis	6.570	(815)	640	(1.059)	5.336
	8.126	(2.869)	640	454	6.351

23.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Constituição de dividendos e JSCP a pagar		1.513		1.513
Constituição/(Reversão) de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	434	2.950	434	(1.173)
Total	434	4.463	434	340

24 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2025 a Empresa e suas controladas apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Empresa e de suas controladas, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Empresa e suas controladas.

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
	2026	2027 e 2028	Total Geral	Total geral
Obrigações de compra				
Materiais e serviços	1.851	2.393	4.244	10.049
	1.851	2.393	4.244	10.049

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2025, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
	2026	2027 e 2028	Total Geral	Total geral
Obrigações de compra				
Materiais e serviços	1.771	2.913	4.684	10.043
	1.771	2.913	4.684	10.043

25 Cobertura de seguros

A Empresa e suas controladas mantêm apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP – Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

O principal valor em risco com cobertura de seguro é:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Usinas	555	50.000

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Empresa e suas controladas, com os limites conforme apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$31.795;
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$150.000; e
- (iv) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R\$5.657.

* * *

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Tomás Baldaque Sousa Soares da Silva
Diretor-Presidente

Stella Maris Moreira Fuão
Diretora

Júlio Cesar de Andrade
Diretor

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamontte
Diretor - Accounting SA

Alfredo Antonio Tessari Neto
Contador - CRC 1SP176534/O-5